



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CÍCERO FELIPE PEREIRA DE OLIVEIRA

**OS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO:
TRAÇANDO PERCURSOS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

**CAMPINA GRANDE - PB
2020**

CÍCERO FELIPE PEREIRA DE OLIVEIRA

**OS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO:
TRAÇANDO PERCURSOS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado ao Departamento de História do Centro de Educação (CEDUC) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE - PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48p Oliveira, Cicero Felipe Pereira de.

Os povos indígenas no livro didático [manuscrito] :
traçando percursos no ensino de história / Cicero Felipe Pereira de
Oliveira. - 2020.

27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2020.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina Aragão , Coordenação do
Curso de História - CEDUC."

1. Ensino de história. 2. Indígena. 3. Livro didático. 4.
Educação inclusiva. I. Título

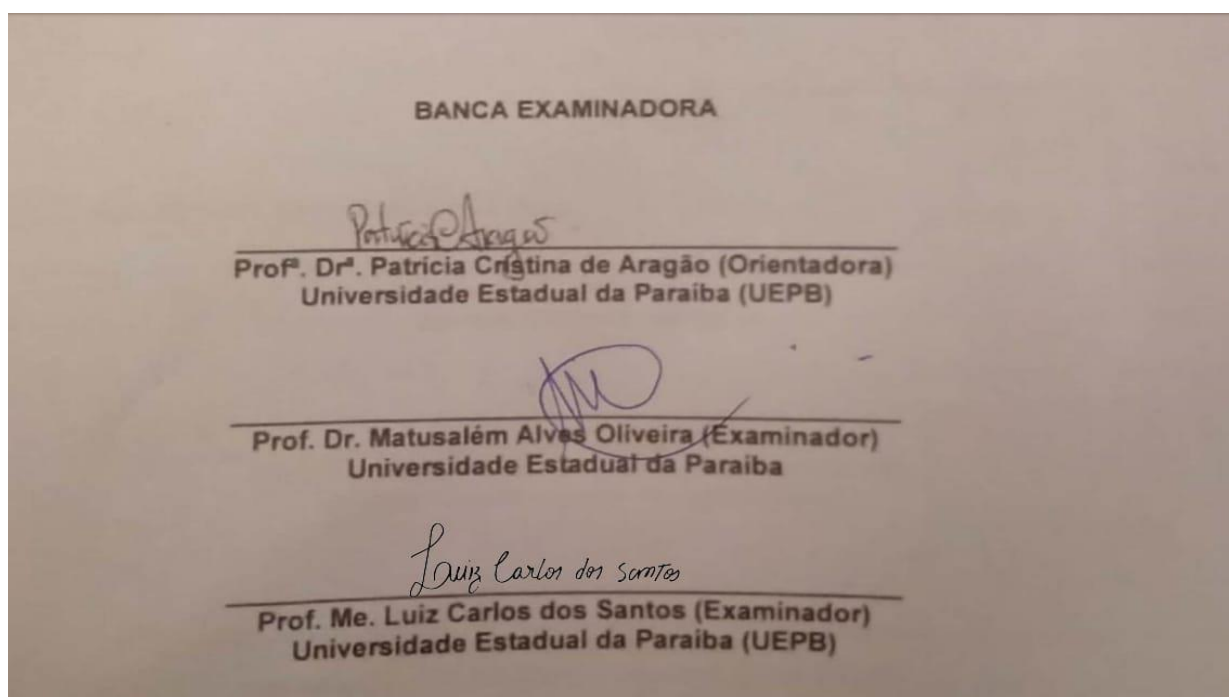
21. ed. CDD 372.89

CÍCERO FELIPE PEREIRA DE OLIVEIRA

**OS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO:
TRAÇANDO PERCURSOS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado ao Departamento de História do Centro de Educação (CEDUC) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovado em: **04/12/2020**.



Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) à Deus Todo Poderoso, dono de toda sabedoria, à minha família, à minha orientadora Patrícia Aragão e aos povos indígenas que foram os primeiros habitantes do Brasil.

AGRADECIMENTOS

É uma enorme satisfação estar podendo finalizar essa etapa da minha vida. Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom supremo da vida, por ter me dado forças e saúde ao longo dessa minha trajetória acadêmica, em meio há tantos obstáculos e desafios, consegui terminar essa caminhada com a ajuda do Criador.

Quero agradecer também aos meus familiares, em especial meus pais e meus irmãos que sempre me motivaram nessa trajetória, aos meus amigos que me estimularam, mesmo em meio há tantos momentos difíceis, onde até mesmo me deparei com o sentimento de desistência.

Agradeço muito, a minha querida professora e orientadora Patrícia Cristina Aragão, fazendo sempre o possível para me auxiliar bastante na finalização do meu curso, só tenho a agradecer pelo excelente serviço de orientação prestado a minha pessoa. Reconheço o longo caminho percorrido, o curso de História que realizei na Universidade Estadual da Paraíba, foi uma importante experiência na minha formação profissional.

Sem mais delongas, só tenho o reconhecimento e a gratidão por tudo o que fiz e por todo trabalho que realizei nessa renomada instituição, pois a conclusão desse curso me traz uma sensação de dever cumprido, elevando toda a minha gratidão ao Soberano autor da vida, onde todos os méritos são nesse momento direcionados a Ele. “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo dos céus” (ECLESIASTES cap.3, vers. 1).

RESUMO

Os povos indígenas no Brasil precisam ser reconhecidos pela sua importância para a história social, cultural, política do povo brasileiro. Este artigo tem por proposta discutir sobre os povos indígenas no livro didático de História, observando como este material didático e pedagógico trata sobre estes povos, sua história e cultura. Nossa proposta é refletir como o livro didático, enquanto material de ensino e estudo na educação escolar, representa os povos indígenas. Para empreender nossa discussão no campo do ensino de História, buscamos como recurso teórico para reflexão, os estudos desenvolvidos por Edson Helly Silva (2016), Maria Circe Fernandes Bittencourt (2013), Daniel Munduruku (2012), que estabelecem uma linha teórica em relação aos povos indígenas, ressaltando os valores sociais e culturais para a construção do ensino didático. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico e documental, em que partimos de textos teóricos sobre a temática e, como fontes de pesquisa, trabalhamos a partir do livro didático, na coleção *Ser protagonista* e a lei 11.645 de 2008. Ressaltamos a importância de pesquisas no campo do ensino de História voltadas em torno da inclusão dos povos indígenas na educação, sobretudo, como estes grupos étnicos são tratados no material didático. Este estudo nos propiciou compreender como o livro didático faz alusão a estes povos e suas histórias e a importância de desconstruir preconceito e discriminação em relação a estes grupos sociais.

Palavras-chave: Povos indígenas. Ensino de História. Livro didático.

RESUMEN

Los pueblos indígenas en el Brasil precisan ser reconocidos por su importancia para la historia social, cultural, política del pueblo brasileño. Este artículo tiene por propuesta discutir sobre los pueblos indígenas en los libros didácticos de historia, observando como este material didáctico y pedagógico, retrata sobre estos pueblos, su historia, y cultura. Nuestra propuesta es reflejar como el libro didáctico mientras material de enseñanza y estudio en la educación escolar, representa los pueblos indígenas. Para emprender nuestra discusión en el campo de la enseñanza de historia, buscamos como recurso teórico para reflexión los estudios desarrollados por Edson Helly Silva (2016), Maria Circe Fernandes Bittencourt (2013), Daniel Munduruku (2012), establecen así una línea teórica con relación a los pueblos indígenas, resaltando los valores sociales y culturales para la construcción de la enseñanza didáctica. Retratase una investigación exploratoria, de cuño bibliográfico y documental, en que partimos de los textos teóricos sobre la temática y como fuentes de investigación trabajamos a partir del libro didáctico, en la colección "Sou Protagonista" y la ley 11. 645 de 2008. Resaltamos la importancia de investigaciones en el campo de la enseñanza de historia convertidas alrededor de la inclusión de los pueblos indígenas e la educación, sobre todo como estos grupos étnicos son retratados en el material didáctico. Este estudio nos propició comprender como el libro didáctico haz alusión a estos pueblos y sus historias y a la importancia de deconstruir prejuicio y discriminación en relación con estos grupos sociales.

Palabras-clave: Pueblos Indígenas. Enseñanza de Historia. Libro Didáctico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OS POVOS INDÍGENAS E O ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS	11
3 O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS	20
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é apresentar a importância dos povos indígenas no livro didático ressaltando os valores culturais e sociais destes povos na formação da identidade brasileira. Este artigo tem por objetivo geral discutir sobre os povos indígenas no livro didático de História, observando como este material didático e pedagógico trata sobre estes povos, sua história e cultura. Nossa proposta é refletir como o livro didático enquanto material de ensino e estudo na educação escolar representa os povos indígenas.

Como objetivos específicos apresentamos as seguintes proposições: apresentar o debate sobre os povos indígenas no contexto da realidade social brasileira a partir da luta do movimento social indígena e da implementação da lei 11.645 de 2008; promover reflexões em torno das questões sociais, culturais e históricas que norteiam o lugar dos povos indígenas na sociedade brasileira; perceber como o livro didático traz abordagens sobre os povos indígenas e se tal perspectiva promove a afirmação ou ausência destes povos no debate escolar. A questão problema da pesquisa é saber: de que modo o livro didático de História contribui para a afirmação histórica e cultural dos povos indígenas?

Partindo do princípio educacional, a proposta da pesquisa é, portanto, discutir sobre a inclusão dos povos indígenas no ensino de História, tendo em vista o estudo do livro didático como fator preponderante no ensino de História no contexto de sala de aula, pois os povos indígenas têm a sua importância no campo político, social e cultural da sociedade brasileira, ao longo de toda a sua formação histórica.

Os povos indígenas no Brasil precisam ser reconhecidos pela sua importância para a história social, cultural, política do povo brasileiro. O campo teórico trabalhado nesta pesquisa é o ensino de História, fazendo uma articulação das questões raciais dos povos indígenas no livro didático, mostrando a realidade social destes povos no contexto educacional. Trabalhamos nas perspectivas teóricas de Edson Helly Silva (2016), Maria Circe Fernandes Bittencourt (2013), Daniel Monduruku (2012), propondo fazer uma articulação, das reflexões sociais dos povos indígenas no campo educacional, ressaltando os valores e a identidade destes na construção do ensino didático.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico e documental, em que partimos de textos teóricos sobre a temática e como fontes de pesquisa

trabalhamos a partir do livro didático, que faz parte da coleção *Ser protagonista* e a lei 11.645 de 2008. Ressaltamos a importância de pesquisas no campo do ensino de história voltadas em torno da inclusão dos povos indígenas na educação, sobretudo, como estes grupos étnicos são tratados no material didático. Este estudo nos propiciou compreender como o livro didático faz alusão a estes povos e suas histórias e a importância de desconstruir preconceito e discriminação em relação a estes grupos sociais. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfica e documental, na qual buscamos trabalhar como fonte o livro de História, utilizando a coleção *Ser protagonista* dos autores e professores Fausto Henrique Gomes Nogueira e Marcos Alexandre Capellari, primeira edição do ano de 2010 do estado de São Paulo, do segundo ano do ensino médio, da editora SM.

Analisar a relação metodológica e didática do ensino dos povos indígenas em sala de aula, visto que o grande problema que necessita ser trabalhado na educação é o preconceito e os estereótipos negativos que a sociedade dita conservadora faz em relação ao ensino dos povos indígenas.

Neste aspecto, é necessário fazer uma discussão em relação ao estudo e a forma como a temática indígena é abordada em sala de aula, pois um dos desafios no ensino dos povos indígenas nas aulas de História é a forma metodológica e como os recursos didáticos são utilizados no contexto escolar.

A lei 11.645 de 2008 tem a finalidade de reconhecer os povos indígenas como agentes transformadores de sua própria realidade, fazendo com que estes tenham participação na inclusão do ensino da História brasileira, sendo que os povos indígenas são importantes na formação cultural e histórica do nosso país, mostrando o cotidiano e a realidade social dos indígenas em suas terras.

Procurar mostrar a perspectiva dos povos indígenas e a relação destes com o ensino de História, fazendo uso do livro didático como um elemento importante para compreender a realidade que os indígenas viviam desde o período colonial até a contemporaneidade. Os povos indígenas e a sua formação histórica, favorece bastante a questão da história local, pois é importante trabalhar a história brasileira com um olhar voltado para a nossa realidade, visto que estes povos fazem parte da formação histórica brasileira, unindo a sua cultura com a sua identidade local, que são de importância na formação do ensino de História.

Sendo assim, a pesquisa encontra-se dividida em dois momentos. No primeiro momento, que trata sobre os povos indígenas e o ensino de História: possibilidades

e perspectivas, mostrando os desafios encontrados no campo do ensino de História, em relação à inclusão dos povos indígenas nos componentes curriculares, analisando a importância da lei 11.645 de 2008 que determina nos componentes curriculares do ensino de História, o estudo sobre os povos indígenas, visto que a temática indígena nas escolas não é bem vista com bons olhos. Portanto, a finalidade deste primeiro momento da pesquisa, é mostrar o quanto os movimentos sociais em defesa aos povos indígenas influenciaram bastante no ensino de História, abordando as perspectivas sociais e culturais destes povos, ressaltando os valores que estes possuem, tanto na questão da formação da identidade nacional, como também na construção do ensino didático.

Já no segundo ponto sobre o ensino de História e o livro didático: caminhos e perspectivas abordará o livro didático já mencionado para explicar o modo de vida dos povos indígenas e as suas lutas e conflitos, em detrimento dos conquistadores europeus. Desta forma, este tópico tem a finalidade de mostrar, a forma como o conteúdo didático sobre os povos indígenas é transmitido em sala de aula, revelado a realidade presente dos indígenas no período colonial brasileiro, tendo em vista que o conteúdo exposto no livro didático mostra a cultura dos indígenas como povos guerreiros e defensores das suas riquezas naturais, da valorização de suas crenças e cerimônias ritualísticas, dos conflitos e guerras que os povos indígenas tiveram com os europeus em decorrência da exploração das riquezas brasileiras e da não submissão ao homem branco, das doenças venéreas no contato físico entre os europeus e indígenas, acarretando, assim, em muitas mortes, o modo de sobrevivência dos nativos na utilização da caça e da pesca. Portanto, este tópico abordará o conteúdo que está exposto no livro didático, elencando a realidade dos povos indígenas no Brasil e o quanto esta temática corroborou na construção do ensino de História e da pesquisa.

2 OS POVOS INDÍGENAS E O ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS

No decorrer do processo histórico brasileiro, no que se refere aos povos indígenas, observa-se um ambiente permeado por diversas lutas, conflitos e conquistas, em detrimento da valorização, da identidade e autonomia desses povos. Em decorrência disto, podemos observar que ao longo da história brasileira, o índio sempre foi tido como uma figura “marginalizada”, isto é, a exemplo do período militar de 1964, extinguiu a participação dos povos indígenas nas políticas públicas e sociais, existentes na construção cultural do Brasil.

Os povos indígenas foram e continuam sendo, importantes agentes transformadores na esfera social, cultural e histórica do Brasil. Todavia, vale salientar que no decurso da sociedade brasileira, os povos indígenas se depararam com muitos problemas e conflitos, no que tange aos seus respectivos traços culturais na afirmação de suas culturas, tendo em vista a opressão na qual estiveram durante muito tempo submetidos, mas mesmo em face desta opressão, continuaram na luta em busca de afirmação de suas identidades sociais, históricas e culturais.

Partindo desta perspectiva, na obra *Os índios na História e o ensino de História: avanços e desafios*, o autor Edson Hely Silva, afirma: “Portanto, “índio” ou “indígena” são nomeações que dependendo de quem usa e o sentido da utilização, possuem um importante significado sociopolítico, expressando sociodiversidades que reivindicam reconhecimentos” (SILVA, 2016, p. 41). Portanto, de acordo com Silva (2016), compreendemos que o índio tem um aspecto importante na cultura local e nacional, visto que este é um personagem que faz parte da identidade brasileira, ou seja, os povos indígenas estão intrinsecamente ligados com a diversidade ecológica, cultural e histórica no Brasil.

Percebemos que Romero *apud* Silva (2016), menciona a importância dos traços e comportamentos indígenas na formação de uma identidade. “O mestiço é o produto fisiológico, étnico, e histórico do Brasil; é a forma nova da nossa diferenciação nacional” (SILVA, 2016, p. 43). O que podemos observar a partir da afirmação do autor é que o branco se apoderou das nossas raças, subjugando os povos indígenas a uma posição bastante “inferior”. Todavia, dentro deste cenário de múltiplas lutas e conflitos, observamos a relação de dominação entre o branco

européu e os povos indígenas. Romero *apud* SILVA (2016) especifica sobre esse contexto de mestiçagem na relação que existia entre o branco e índio e afirma que:

O mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habitá-lo aos rigores do clima. É uma forma de transição necessária e útil que caminha para aproximar-se do tipo superior. Pela seleção natural, todavia, depois de apoderando auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo (SILVA, 2016, p. 43).

Contudo, compreendemos que os povos indígenas foram dominados pelos europeus em suas próprias terras, haja vista que o interesse principal dos colonizadores era a questão da adaptação às novas terras, pois estes diferentemente do clima que viviam, agora estavam vivenciando um clima mais tropical.

Essa necessidade de adaptação, fez com que os povos indígenas lutassem para não ficar a mercê dos colonizadores. Entretanto, podemos observar que na história dos povos indígenas sempre existiram desafios, no que se diz respeito à questão de valorização da identidade nacional, pois hoje vemos que os povos indígenas possuem uma contribuição relevante e significativa na construção da história brasileira. Silva (2016) discute sobre os desafios dos povos indígenas desde o período colonial até a contemporaneidade, ressaltando os enfrentamentos ocorridos no período da colonização, mostrando que

Durante muito tempo, nos estudos sobre a história do Brasil, além das referências ao índio apenas nos primeiros anos da colonização, predominou a visão sobre os povos nativos como vitimados pelos inúmeros massacres, extermínios, genocídios e etnocídios provocados pelas invasões e colonização dos portugueses e outros povos vindos da Europa a partir de 1500. E que os poucos índios sobreviventes, estavam condenados ao desaparecimento engolidos pela marcha colonizadora, pelo progresso e por meio da “aculturação”, foram integrando-se a nossa sociedade. Em geral, essas ideias que ainda são ensinadas nas escolas e mesmo nas universidades, também aparecem em manuais didáticos, principalmente nos livros de História do Brasil e são vinculadas pela mídia e expressas pelo senso comum (SILVA, 2016, p. 46).

Os povos indígenas no decorrer da sociedade brasileira lutaram por seus direitos e obtiveram organismos de representação ao longo da história brasileira, cuja finalidade era a defesa da causa indígena. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada no ano de 1967, tinha a finalidade de corroborar na luta às reservas e aos povos indígenas, juntamente no fator cultural e social desses povos. Os

movimentos de apoio à causa indígena se intensificaram por todo o país, haja vista a divisão ideológica e as disparidades entre a esquerda brasileira e a extrema direita conservadora.

Desde o período colonial ao republicano, podemos observar em uma visão historiográfica a relação existente entre o índio e o colonizador, pois o índio sempre esteve em uma posição “inferior” àquele que o dominava. Contudo, através de muitas lutas, o índio foi conquistando o seu espaço na sociedade brasileira, visto que nascia a ideia de pertencimento ao seu lugar de origem e a valorização da cultura. Porém, o branco europeu não conhecia a vida diária dos povos indígenas. Com isso devastou terras, extraiu as nossas riquezas, matou muitos índios. Nas palavras de Munduruku *apud* Tukano (2012) diz que:

Antes da chegada do branco, o movimento indígena já existia. Respeitávamos os povos vizinhos, tínhamos a nossa história. Fazíamos as festas, defendíamos nosso território. Isso foi muito bom. Mas, com a chegada do branco, mudaram os nossos costumes. Ele não foi capacitado a conviver com o meio ambiente e começou a devastar, fazendo tudo ao contrário. Começou a haver confrontos, aconteceram muitas guerras (MUNDURUKU *apud* TUKANO, 2012, p. 221).

Partindo destes pressupostos e observando o contexto da educação brasileira, é que a partir desta trajetória de luta, muitas reivindicações dos movimentos indígenas pela inclusão educacional da história do povo indígena, da lei 11.645/08 que determina a inclusão dos povos indígenas e a cultura afrodescendente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, foi uma grande conquista e avanço para estes povos, pois sabemos o valor que os povos indígenas possuem na formação história nacional brasileira. Daniel Munduruku (2012) especifica em um trecho da sua obra *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro*, a seguinte afirmação:

Considerado que o papel principal do movimento indígena foi o de ser articulador de uma nova consciência entre os indígenas e de aproximação com a sociedade nacional, entendo que houve modificações substanciais por conta do surgimento de entidades indígenas capazes de dar continuidade, sob novas configurações aos princípios que motivaram o próprio movimento. Assim é possível verificar a existência não apenas de entidades indígenas especializadas na defesa de temas específicos (educação, saúde, propriedade intelectual, tecnologia, cultura entre outras), mas também a aprovação de leis que entendam que as sociedades indígenas estão presentes no conteúdo nacional para ficar e que, portanto, não se pode mais desqualificá-las, mas, sim aceitá-las como sociedades diferenciadas e que podem contribuir para o processo histórico nacional.

Nesta direção tanto o artigo 231 da constituição federal – uma das grandes conquistas do movimento indígena da década de 1980 – quanto a recentemente aprovada lei nº 11.645/08, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” – uma conquista orquestrada pelo movimento indígena dos anos 2000 –, a numa clara demonstração de continuidade das lutas indígenas contemporâneas e também do caráter educativo do movimento indígena brasileiro, que sempre foi o objetivo central desta obra (MUNDURUKU, 2012, p. 223).

Podemos observar o quanto os movimentos indígenas foram importantes na valorização dos povos indígenas para a construção de uma identidade nacional. Daniel Munduruku, afirma: “certamente é perceptível que muito do que acontece hoje dentro da sociedade brasileira – em termos educacionais, políticos e sociais – é, em parte fruto da ação da sociedade civil organizada” (MUNDURUKU, 2012, p. 223), ou seja, parte do que acontece no Brasil, por parte das instituições sociais, vem da necessidade de uma estrutura organizada de forma coletiva.

Asseguramos que a luta dos povos indígenas por seus direitos tem sido constante no contexto da sociedade brasileira, pois os povos indígenas lutaram diante das camadas elitizadas e dominadoras desse país. Vale ressaltar a importância dos movimentos sociais indígenas na inclusão de sua história dentro dos parâmetros educacionais. A valorização da cultura indígena é importante para a construção social, para a formação da identidade brasileira, para a questão do pertencimento patriótico e para a preservação das nossas riquezas.

É relevante a participação do ensino indígena nas escolas, visto que ainda existem ideias e preconceitos a serem desconstruídos. Silva (2016) estabelece uma visão a respeito de se trabalhar a temática indígena em sala de aula: “um dos maiores desafios, de uma forma geral, para tratar da temática indígena no ensino é a superação de uma cultura escolar que perdura sobre os povos indígenas” (SILVA, 2016, p. 51), ou seja, ainda se precisa trabalhar a questão do “preconceito” estabelecido na sociedade, em virtude dos povos indígenas, haja vista a discriminação que ainda é bastante presente. Segundo Silva (2016), ainda é notório a presença de fatores que são verdadeiros equívocos na transmissão do ensino sobre os povos indígenas. Este afirma:

A escola é uma das instituições responsáveis pela veiculação de muitas ideias, imagens, discursos e informações equivocadas a respeito dos índios no Brasil. Ainda é comum na maioria das escolas, principalmente no universo da Educação Infantil, que no dia 19 de abril se comemora o “Dia do

Índio”, em todos os anos vem se repetindo as mesmas práticas: enfeitam as crianças, pintam seus rostos, confeccionam penas de cartolina e as colocam nas suas cabeças. Remetendo a imagem a discursos pretéritos, folclorizados, homogeneizadores e desinformados sobre os indígenas (SILVA, 2016, p. 51).

Silva (2016), fala a respeito da ausência predominante do conceito “povos indígenas” em sala de aula, pois, em muitas escolas da rede pública e privada, este ensino é repassado de forma alegórica, isto é, não se tem um ensino mais analítico e crítico a respeito dos povos indígenas, denotando os valores e a construção cultural que estes povos corroboraram para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Entendemos a importância da lei nº 11.645/08 que determina a inclusão mais efetiva do ensino indígena, ressaltando os valores que estes povos possuem desde o período colonial até os dias atuais, ressaltando as lutas e a resistência que os indígenas mantiveram frente aos constantes ataques dos colonizadores. O que na verdade a história nos mostra é bem diferente do que é repassado nas escolas, pois enxergamos uma história cheia de massacres, derramamento de sangue, estupros, doenças venéreas, etc.

Vale ressaltar que existiam diferentes grupos indígenas nas terras recém-descobertas pelos portugueses e outros colonizadores que vieram da Europa. Silva (2016) fala a respeito de dois grupos indígenas que caracterizaram bastante o cenário colonial no Brasil. Eram os Tapuias e os Tupis, visto que estes grupos possuíam características bastante distintas. O autor afirma:

Ao longo do século XIX e também no XX existiram uma diversidade e pluralidade de imagens a respeito dos indígenas. Essas imagens corresponderam aos diferentes momentos políticos e as mudanças sociohistóricas que ocorreram no país, expressaram as oposições entre os tupis como símbolo de nacionalidade e os Tapuias como bárbaro, selvagens. Entre o índio dócil, catequizado, integrado a civilização e o índio feroz, sem sentimentos, a ameaçar a civilização (SILVA, 2016, p. 52).

Podemos observar que Silva (2016) demonstra um cenário real da colonização concatenando valores de luta e resistência, que descreve o índio como a representação significativa da nacionalidade brasileira. Silva (2016) especifica uma relação bastante distinta entre os tupis e os tapuias, pois, além de muitas outras tribos espalhadas por todo território, essas duas tribos estavam em evidência, mostrando aspectos totalmente diferentes.

Sabemos que o território brasileiro possui uma dimensão rica e diversificada, no que se diz respeito aos recursos naturais, tendo em vista, que todo esse recurso natural provém da preservação dos indígenas. Portanto, se analisa que todo o contexto brasileiro está relacionado com a cultura indígena presente e vigente, pois a cada dia os povos indígenas têm conquistado espaço no cenário brasileiro.

Silva (2016) fala a respeito da participação e a contribuição indígena nas esferas sociais, na educação e na política. Em um trecho da sua obra, ele fala a respeito da conquista dos povos indígenas no cenário da sociedade brasileira. Ele faz a seguinte afirmação:

Os índios conquistaram o (re)conhecimento, o respeito aos seus direitos específicos e diferenciados. É a partir dessa perspectiva o nosso país e a sociedade vem se repensando e se vendo em sua multiplicidade, pluralidade e sociodiversidades, expressas também pelos povos indígenas em diferentes contextos sociohistóricos. Embora esse reconhecimento exija também posturas e medidas das autoridades governamentais para ouvir dos diferentes sujeitos sociais, com a necessidade de novas políticas públicas que reconheçam, respeitem e garantam essas diferenças, as expressões socioculturais que contribuem decisivamente para a nossa sociedade, para o mundo onde vivemos (SILVA, 2016, p. 53).

Isso é muito importante no contexto escolar, visto que no aspecto histórico, os indígenas tiveram uma contribuição muito significativa no que diz respeito às questões culturais, sociais, históricas. Na verdade temos que pensar o “índio” como agente transformador da sociedade, visto que a escola é um ambiente de múltiplos saberes e conhecimentos. Silva (2016) menciona a importância do conhecimento crítico e a formulação de um senso comum próprio, tendo em vista que o ensino escolar tem a finalidade de abranger as diversas opiniões, ele diz: “e assim contribuindo na formação de cidadãos críticos, possibilitando o reconhecimento das diferenças socioculturais existentes no Brasil, o (re)conhecimento dos direitos das sociodiversidades dos povos indígenas” (SILVA, 2016, p. 54).

Desta forma, compreende-se que o preconceito é bastante visível na sociedade a respeito da inclusão dos povos indígenas nas esferas políticas, sociais e educacionais. Em se tratando de ensino e pesquisa histórica, podemos observar a importância da lei nº 11.645/08, especificando a relação da História com os povos indígenas, tendo em vista o trabalho de incluir de forma bastante significativa os indígenas nos componentes curriculares e escolares, pois o enriquecimento da cultura brasileira provém do estudo da História Local. Silva (2016) enfatiza bastante

a questão dos novos olhares no ensino de História, na qual este afirma: “a efetivação da lei nº 11.645/2008 além de favorecer mudanças nas antigas práticas pedagógicas e preconceituosas, possibilitará novos olhares para a História e a sociedade” (SILVA, 2016, p. 54).

Todavia, é necessário observarmos que a História vai se adaptando ao longo do tempo, pois o sujeito é o agente transformador da sua própria história, visto que os povos indígenas têm se atualizado bastante na contemporaneidade. Portanto, é um desafio na área educacional na contemporaneidade, trabalhar a temática indígena, pois ainda é necessário “desconstruir” o preconceito e a discriminação em relação aos povos indígenas.

Silva (2016) fala a respeito do desafio que os educadores encontram para transmitir o ensino indígena nas escolas, haja vista a restrição muita das vezes por parte da instituição ou do sistema educacional, pois o racismo a estes povos, ainda está presente em uma sociedade dita conservadora. Ele afirma o seguinte:

Existem vários desafios a serem enfrentados para o ensino da temática indígena. Um deles consiste na superação do racismo institucional sutil ou explícito quando ocorre o descrédito, a omissão e falta de apoio ou mesmo o impedimento por parte de gestores educacionais as iniciativas que tratam da temática indígena. Todavia, talvez o desafio mais importante seja um maior investimento para o ensino da temática nos cursos de licenciaturas e formação para o magistério, na formação de professores e profissionais que atuam na educação. Como também na formação continuada de docentes em exercício (SILVA, 2016, p. 55).

O desafio de ensinar nas escolas a temática indígena ainda é grande, pois as pessoas precisam entender a importância e contribuição dos povos indígenas e a escola é um espaço necessário para esta desconstrução da visão negativa que ainda se tem dos povos indígenas no Brasil. A atuação de profissionais indígenas na área da educação mostra o quanto os povos indígenas alcançaram a sua independência através dos tempos, visto que o livro didático apenas nos tem mostrando um ensino que não aprofunda a discussão da sociodiversidade indígena, sendo necessário o respeito a estes povos e suas culturas, na qual este é apenas retratado como um selvagem, canibal. Portanto, neste aspecto Silva (2016) mostra que de certa forma o preconceito que vem sendo superado. O autor enfatiza que:

É bastante recomendável a participação de indígenas em cursos de formação sobre a temática indígena para docentes não índios, pois o conhecimento das experiências, dos ambientes onde vivem e das

expressões socioculturais dos indígenas, contribuirão para desmistificar visões equivocadas e folclorizadas. Visitas pedagógicas, previamente preparadas, de docentes e discentes as aldeias indígenas ou de indígenas as instituições escolares, são iniciativas que também contribuirão para a superação de preconceitos, bem como a solidariedade com os indígenas em suas mobilizações por seus direitos sociais (SILVA, 2016, p. 55).

É preciso analisar que o preconceito é um problema que precisa ser trabalhado nas escolas com os alunos, contudo, não só na escola, mas, também, em toda sociedade. Portanto, Silva (2016) explica que nada melhor a atuação de um indígena para ensinar história indígena na formação de docentes, tendo em vista que já seria uma forma de vencer o preconceito imposto pelo conservadorismo. O ensino brasileiro possui inúmeras deficiências e o preconceito é um problema presente na educação, não só com a história indígena, mas também com os povos africanos e outros povos, em decorrência de uma história mais eurocêntrica, ou seja, a preocupação de ensinar os grandes nomes presentes na História europeia se torna mais importante do que a temática dos indígenas brasileiros. Por isso, vemos a importância da História Local nas escolas, pois a História se baseia nos fatos presentes no espaço social, o conhecimento e a noção de tempo e espaço, tornará o ensino mais crítico.

Silva (2016) explica que é necessário ocorrer uma aproximação da escola com o ambiente indígena, isto é, os educadores devem fazer uma relação do campo social do indígena com a instituição escolar, corroborando para o desenvolvimento do ensino. É preciso primeiramente conhecer o contexto indígena, no qual o espaço social é importante na aprendizagem, ter ideia do espaço social e cultural dos povos indígenas.

Observamos que temos a inclusão dos indígenas no contexto escolar, através da lei nº 11.645/2008, que abrange todo o contexto social dos povos indígenas nos componentes curriculares, mostrando a importância de estudar a vida social dos indígenas e a toda a sua cultura. Entretanto, criou-se uma expectativa na questão de se trabalhar cultura indígena nas escolas, no qual a exposição dos grupos linguísticos pertencentes a essa diversidade étnica brasileira enriquece a construção da história nacional.

Vale salientar, que os povos indígenas construíram e desenvolveram os aspectos tradicionais, no âmbito cultural que estes estão inseridos, pelo qual o

cotidiano dos povos indígenas nos mostra as riquezas naturais que o Brasil possui, pois os índios preservam a fauna e a flora de suas terras.

Trazer o conhecimento da cultura indígena para a sala de aula é importante para a construção da soberania nacional, pois os povos indígenas são agentes oficiais no que se diz respeito às questões de pertencimento e de identidade. Somente a História pode nos trazer essa importância, da valorização da identidade nacional, pois a luta dos povos indígenas pela sua sobrevivência vem desde o período colonial, ressaltando que esses povos lutaram pelo seu espaço social em contrapartida aos interesses dos colonizadores.

Podemos perceber que até hoje os povos indígenas são tratados de forma ríspida e grotesca por governos oriundos de uma política atrelada à interesses próprios. Porém, lideranças indígenas não têm se submetido a capricho de governante nenhum, tendo em vista pela questão da demarcação e valorização de suas terras, pois os povos indígenas, enquanto povos originários têm o direito a estas terras, de viver nela, pois foram eles os primeiros habitantes existentes no Brasil.

3 O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

O desafio que presenciamos hoje na educação é a forma metodológica na qual os educadores transmitem em sala de aula a temática voltada para a História Local, especificamente a história indígena. Todavia, existe um percurso ou uma meta a ser trabalhada, a inclusão do ensino dos povos indígenas nos livros didáticos de História. É de suma importância analisar que os nossos componentes curriculares apresentam muito pouco um conteúdo que possa mostrar de forma abrangente um cenário cultural e social dos povos indígenas.

Desta forma expomos sobre o livro didático em sala de aula, apresentando o livro da edição SM do ano 2010 do ensino médio que tem como título *Ser protagonista* dos professores organizadores Fausto Henrique Gomes Nogueira¹ e Marcos Alexandre Capellari². Este livro apresenta no capítulo dois, das páginas 20 a 29, a temática sobre os povos indígenas no Brasil, trazendo seus valores culturais, a sua forma de interação social com os colonizadores e toda a diversidade natural preservada pelos povos indígenas.

Trabalhar os povos indígenas na educação é um trabalho importante na formação cultural e social dos alunos, visto que é necessária a valorização da cultura local e da identidade nacional. Portanto, resolvemos trabalhar a questão do livro didático de História, em que necessariamente a abordagem sobre a temática indígena é importante para a construção da nacionalidade brasileira, pois os povos indígenas têm contribuído bastante para a formação da nossa sociedade.

O volume 2 da edição SM do ano 2010 do estado de São Paulo, intitulado *Ser protagonista* dos autores acima citados, vem nos trazer a discussão dos povos indígenas, bem como toda a sua diversidade cultural e social, com o objetivo de formular com os alunos questionamentos a respeito desses povos, mostrando os problemas que os povos indígenas se depararam com os colonizadores.

Imagem 1 – Manual do professor de História 2º ano do Ensino Médio



Fonte: Coleção *Ser protagonista*, São Paulo: Edições SM (2010).

A primeira imagem acima mostra o livro didático que será trabalhado neste artigo. Como já foi falado, este livro no capítulo 2 irá abordar sobre temática dos povos indígenas no Brasil, trazendo uma discursão em sala de aula sobre a vida cultural desses povos.

Este capítulo que traz algumas imagens que transmitem a forma de comportamento diário que os povos indígenas viviam no período colonial, trazendo também uma discussão sobre o ritual antropofágico que eram realizados pelo grupo indígena Tupinambá. Portanto, vale ressaltar que a temática sobre os povos indígenas tem conquistado seu espaço de inclusão na educação, através da lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório tanto o ensino dos povos indígenas, como o ensino da cultura afrodescendente em sala de aula.

A autora Maria Circe Fernandes Bittencourt, na sua obra *História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos* vem nos trazendo a importância do livro didático como um elemento fundamental de extrema importância na formação educacional, no tocante a abordagem da cultura indígena em sala de aula. Um trecho de sua obra, a autora menciona o papel da formação do ensino de História que está presente na esfera educacional:

A partir a constatação, em certa medida muito recorrente em análises sobre livros didáticos de História em geral, sobre a constante defasagem entre a produção acadêmica e escolar, as reflexões neste artigo, buscaram estabelecer as aproximações entre as duas formas de produção,

selecionando momentos mais significativos a partir do século XIX e XX, momento em que reaparece o debate sobre o problema étnico racial no ensino de História (BITTENCOURT, 2013, p. 105).

Partindo desta perspectiva, podemos ressaltar o uso do livro didático na abordagem sobre a cultura indígena. Todavia, existem várias contrariedades e divergências, acerca de se trabalhar a cultura do índio e a sua formação histórica em sala de aula, pois não se torna algo muito relevante no ensino e na aprendizagem dos alunos.

A lei 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino da história do povo africano, afro-brasileiro e indígena, possibilitando que no caso dos povos indígenas, passasse a ser trabalhado na educação escolar, a cultura destes povos e sua importância e histórica e social no desenvolvimento do Brasil. Por isso é necessário um apanhado crítico sobre a história do povo indígena, que infelizmente não tem tido o espaço suficiente dentro das esferas educacionais. Bittencourt (2013) ressalta que na relação entre o ensino e o acompanhamento do livro didático é necessário perceber que:

Para acompanharmos o percurso das populações indígenas no ensino, elegemos os manuais escolares de História como referencial por serem depositário privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares [...], além de ser material didático que tem permanecido constante na história das práticas educacionais de diferentes níveis, desde o decorrer do século XIX aos dias atuais (BITTENCOURT, 2013, p. 104).

Entretanto, os livros didáticos nos trazem uma abordagem mais eurocêntrica do que inclusiva dos povos indígenas, por exemplo, a forma de dominação com que os europeus mantiveram os povos indígenas, ainda subsiste, ou seja, a história dos povos indígenas precisa ser mais bem problematizada, salientando que a formação cultural e histórica do país, a trajetória deste é fundamental pois, fazem parte da formação identitária deste país.

Ressaltamos que, no que concerne ao cenário de colonização, os povos indígenas, eram vistos como seres inferiores, sujeitos a todo tipo de dominação ou barbárie, porque a representação que o colonizador construiu deles foi de que eram preguiçosos, ao observarem suas culturas e a relação deles com a natureza, criaram todo o tipo de discriminação e estereótipos negativos.

Imagem 2 – Capítulo do livro didático



Fonte: Coleção Ser Protagonista, p. 20

Imagem 3 – Capítulo do livro didático



Fonte: Coleção Ser Protagonista, p. 21.

Nas duas imagens acima podemos visualizar imagens que falam a respeito do período de colonização dos povos indígenas. Na imagem dois, podemos verificar a primeira ilustração do grupo indígena Tapuia logo no início do capítulo, inserido na página vinte, mostrando o espaço cultural e social dos nativos nas terras brasileiras.

Já na imagem três observamos o mapa brasileiro com demarcações dos povos indígenas situados nas cinco regiões do país, visto que os autores do livro trazem comentários a respeito da formação dos povos indígenas brasileiros, mostrando a característica peculiar de cada grupo, tendo em vista a importância de demonstrar através das imagens os aspectos sociais e a forma cultural de cada grupo indígena.

Portanto, o livro didático tem essa finalidade de expor as imagens como importantes ferramentas na construção do ensino didático, pois as imagens são veículos de comunicação, visto que seria complicado trabalhar o ensino indígena, sem antes mostrar através das imagens, a cultura destes povos. Contudo, podemos perceber que o livro didático apresentado não dá importância de mostrar a cultura dos povos indígenas, utilizando as ilustrações como elementos importantes na transmissão do ensino.

Todavia, observamos uma imagem negativa relacionada ao índio, bem como os comportamentos que estão presentes na vida social dos indígenas, ou seja,

muitos possuem a ideia do índio preguiçoso, selvagem, desprovido de todo e qualquer tipo de inteligência que este possa produzir na sociedade.

É bem verdade que este preconceito ainda está bem presente na sociedade brasileira. No entanto, a desconstrução dessa imagem negativa dos povos indígenas precisa ser trabalhada em sala de aula pelos educadores. Neste aspecto a lei 11.645/2008 visa à aplicação que seja favorável na valorização da identidade indígena. Dentro deste aspecto, a obra conjunta de Fernando Gaudareto Lamas, Gabriel Braga Vicente e Natasha Mayrink, *Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica*, afirma:


Insere-se nesse contexto a promulgação da lei (11.645/2008) que, pretendendo aperfeiçoar a sua antecessora (10.639/2003), acrescentou a obrigatoriedade do ensino de história indígena. Apesar de reconhecermos que a referida lei foi muito mais fruto de uma luta social empreendida seja no campo dos movimentos sociais ou do meio acadêmico, concordamos com a análise de Adriano Paiva que salientou desde a promulgação da supracitada Lei, *muitos textos e grupos de pesquisa têm se dedicado a pensar a formação de professores indígenas e a produção de material didático para suas escolas* (PAIVA, 2012, p.12). Este esforço relaciona-se com a forma como os indígenas são vistos e entendidos pela produção historiográfica nacional e com o fato de que a produção didática e paradidática de História do Brasil, apesar de todos os progressos no campo acadêmico, ainda colocar o indígena no papel secundário (LAMAS; VICENTE; MAYRINK, 2016, p.128).

De acordo com pensamento acima citado, podemos compreender que a importância da lei 11.645/2008, tem a finalidade de lutar e valorizar os povos indígenas na educação. Os livros didáticos são fundamentais no desenvolvimento histórico, social e educacional, para abordar os povos indígenas, na educação escolar.

Neste ponto, compreendemos a importância do debate em sala de aula sobre a cultura dos povos indígenas, ressaltando todo um histórico de lutas e conquistas, trazendo a relação entre o colonizador e o colonizado. Entretanto, percebemos que a relação existente na colônia entre os povos indígenas e os colonizadores europeus, vem incluída no livro didático, haja vista que os livros didáticos são fundamentais na difusão do ensino, pois observamos o quanto é necessário visualizar como a temática indígena é abordada no contexto escolar.

Imagem 4 – História dos Tupi-Guarani

Letra
Brasil do Brasil, de Júlio C. Melatti, São Paulo: Editora, 2007.
 Nesse emolduramento simples, apresenta aspectos do cotidiano e da cultura indígenas, como produção de alimentos, trabalho, vida nas aldeias, casamento e família.



^ Momento da execução do prisioneiro no ritual antropofágico tupinambá, segundo gravura de Theodor de Bry, publicada em 1593.

Os Tupi-Guarani

Em meados do primeiro milênio teve início uma grande migração de povos da família linguística tupi-guarani, a partir do sul da floresta Amazônica. Eram povos produtores de cerâmica e que dominavam a agricultura.

A hipótese mais aceita é que essa migração tenha ocorrido primeiramente em direção ao sul, seguindo o rio Paraguai até o rio Paraná, e dali dividindo-se em dois grandes grupos.

Com seu caráter guerreiro, os Tupi-Guarani ocuparam uma vasta região, predominando em toda a costa litorânea, no caso dos Tupi, e no interior da região sul-sudeste do atual Brasil, no caso dos Guarani.

Unidos pela língua comum, os povos Tupi e Guarani diferenciavam-se em alguns aspectos, entre eles a alimentação. Enquanto a base alimentar tupi era a mandioca, os Guarani baseavam sua culinária no milho.

Acredita-se que os Tupi tenham contribuído para o fim da cultura sambaquieira do litoral, por volta de 2 mil anos atrás.

Os Tupi: uma sociedade guerreira

A guerra estava no centro das sociedades tupi e podia ocorrer tanto entre os Tupi como contra outros povos, chamados por eles de Tapuias. A guerra tupi era justificada como uma ação de vingança à morte dos ancestrais nas guerras passadas. Basicamente, constituía-se de expedições de captura de inimigos para a realização do ritual antropofágico.

Os inimigos capturados nessas expedições eram levados às aldeias de seus captores e passavam a integrar a rotina do grupo, devendo ser bem tratados.

Quando chegava a hora do ritual de execução, os captores convidavam os membros das aldeias aliadas. A festa começava dias antes da execução. Os grupos dançavam e bebiam **cauim**, bebida alcoólica produzida com a fermentação da mandioca.

No dia marcado, o prisioneiro gritava que sua morte seria vingada por seus aliados. Em seguida, ele era morto com um golpe de tacape na nuca. Seu corpo era esquartejado e a carne comida por todos os membros da aldeia e convidados. Morrer num ritual antropofágico ou no campo de batalha era uma honra que garantia o acesso à morada dos ancestrais.

Você viu

- O uso do termo "Brasil" antes da colonização portuguesa.
- A diversidade dos povos indígenas do Brasil.
- A classificação dos indígenas por grupos linguísticos.

PONTO DE VISTA

Teorias sobre a migração dos Tupi-Guarani

Atualmente, há duas teorias principais que buscam explicar a migração dos Tupi-Guarani a partir da Amazônia.

A ideia dominante, proposta pelo antropólogo suíço Alfred Métraux, em 1927, defende que os Tupi-Guarani migraram unidos para o sul até o rio Paraguai, há cerca de 2 mil anos. Apenas ali teriam se separado em dois grupos.

Um dos grupos foi mais para o sul, resultando no ramo guarani. O outro seguiu para o leste, chegando ao litoral do Sudeste, tomou o rumo norte, ocupando a costa até o atual Nordeste brasileiro.

A segunda teoria, do antropólogo brasileiro José Proença Brochado, dos anos 1950, defende que teriam ocorrido duas frentes migratórias.

Os proto-guaranis teriam saído da Amazônia em direção ao sul, atingindo o rio Paraguai e dali ocupando a região da bacia do Prata, no início da era cristã.

A segunda corrente, dos prototupinambás, teria rumado para o leste, descendo o rio Amazonas. Chegando ao mar, ela se expandiria pela faixa costeira em direção ao sul, entre os anos 700 e 1200.

A teoria da dupla migração é menos aceita por não explicar a proximidade linguística entre os Tupi e os Guarani, e também porque não foram encontrados até hoje vestígios de ocupação tupi no litoral amazônico.

1. Formem grupos e busquem mais informações sobre as migrações dos Tupi-Guarani. Pesquem na internet, em sites de instituições oficiais, como a Funai, e em livros e revistas.
2. Ao final, apresentem os resultados para a classe.

22

Fonte: Coleção *Ser Protagonista*, p. 22.

Na imagem acima, percebemos que o livro apresenta o grupo indígena dos Tupis-Guaranis, na qual os autores mostram as características presentes nesse grupo. É importante ressaltarmos que durante o período de colonização, as tribos indígenas possuíam rivalidades umas com as outras, se observarmos os autores pontuam no tópico acima *Os Tupi: uma sociedade guerreira*, elencando uma sociedade que vivia de constantes confrontos.

O que precisamos conhecer que antes da chegada dos colonizadores na América no século XIV, os povos indígenas viviam de forma conflituosa por conta de questões territoriais, a luta, as mortes, o derramamento de sangue, os sacrifícios, estão presentes nas comunidades indígenas que viviam antes mesmo da chegada dos europeus. Um exemplo disso é que os autores mencionam em um trecho do livro sobre os comportamentos presentes na sociedade indígena dos tupis-guaranis, os autores relatam:

A guerra estava no centro das sociedades tupis e podia ocorrer tanto entre os Tupis como contra outros povos, chamados por eles de Tapuias. A guerra tupi era justificada como uma ação de vingança à morte dos ancestrais nas guerras passadas. Basicamente, constituía-se de expedições de captura de inimigos para a realização do ritual antropofágico. Os inimigos capturados nessas expedições eram levados às aldeias de seus captores e passavam a integrar a rotina do grupo, devendo ser bem tratados. Quando chegava a hora do ritual de execução, os captores convidavam os membros das aldeias aliadas. A festa começava dias antes da execução. Os grupos

dançavam e bebiam **cauim**, bebida alcoólica com fermentação da mandioca. No dia marcado, o prisioneiro gritava que sua morte seria vingada por seus aliados. Em seguida, ele era morto com um golpe de tacape na nuca. Seu corpo era esquartejado e a carne comida por todos os membros da aldeia e convidados. Morrer num ritual antropofágico ou no campo de batalha era uma honra que garantia o acesso à morada dos ancestrais (NOGUEIRA; CAPELLARI, 2010, p. 22).

O relato acima descrito mostra o comportamento dos tupis-guaranis após as batalhas com os seus adversários, evidenciando os sacrifícios humanos que eram uma forma de comemoração diante dos grupos derrotados. Contudo, percebemos que isso traz uma imagem negativa dos povos indígenas, haja vista que as execuções eram frequentes nas terras recém-descobertas pelos colonizadores. O desafio do ensino é relatar a história como realmente ela aconteceu, formulando, assim, questionamentos em torno desses fatos que estão presentes no conteúdo de História indígena.

As ilustrações apresentadas no livro didático nos trazem uma informação de como viviam essas civilizações no período de colonização. Só podemos conhecer a história através dos fatos que ocorreram, pois essas formas de rituais só nos mostram o quanto os indígenas, para uma sociedade extremamente conservadora, eram terríveis e cruéis com os seus oponentes. Todavia, isso não pode desconstruir a contribuição que os povos indígenas trouxeram para o desenvolvimento da cultura brasileira.

Imagem 5 – Capítulo do livro didático



Fonte: Coleção *Ser Protagonista*, p. 24.

Nessa quinta imagem Nogueira (2010) e Capellari (2010), falam a respeito do mundo espiritual dos povos indígenas, visto que o contanto com os ancestrais e a natureza refletem bastante o lado espiritual destes povos.

A cultura dos povos indígenas é tão variada quanto às línguas que falam. Há vários aspectos comuns, como a crença no mundo espiritual, no poder mítico dos animais e na figura de um homem ou mulher que serve de intermediário entre o mundo humano e o mundo dos espíritos (NOGUEIRA; CAPELLARI, 2010, p. 24).

As culturas indígenas apresentadas nos livros didáticos enriquecem ainda mais a nossa cultura e o ensino. É importante que as escolas apresentem essa cultura de forma dinamizada, tendo em vista, que o livro didático possui um acervo histórico, cultural e social de civilizações ou povos que viveram no passado.

Desta maneira, podemos ver o quanto é necessária à abordagem do livro e a forma como este traz para o desenvolvimento do ensino em sala de aula. Nas instituições da rede pública de ensino temos o livro como ferramenta importante na formulação de ideias e debates, ele não deve ser o único meio utilizado pelo professor, mas através dele é possível dele é possível compreender o processo histórico e cultural do Brasil, especificado a formação histórica dos índios na construção social do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas retratam hoje o cenário social e cultural do povo brasileiro, pois estes possuem a importância nas questões da luta e da preservação do patrimônio nacional e da formação da identidade brasileira. Portanto, trabalhar a temática indígena, é uma forma de fortalecer a nossa educação e o respeito às diversidades culturais, pois a figura do índio representa resistência e coragem nas questões de autenticidade da história local. Entretanto, trabalhar a temática indígena no ensino de história, é uma forma de ampliar a cultura presente na nossa sociedade, abrangendo a construção educacional, revelando a realidade social presente, desde a formação histórica do nosso país.

É importante refletir sobre essas questões sociais em sala de aula, pois conhecer a nossa história possibilita uma visão melhor das nossas origens, visto que o Brasil é diversificado na questão étnica e racial. Contudo, não só apenas os povos indígenas fazem parte da nossa formação histórica, mas também o respeito deve estar presente para com outras formas de crenças religiosas.

O estudo da temática indígena no livro didático corroborou que pudéssemos entender como este material didático traz abordagens sobre os povos indígenas, que é necessário conhecer os nossos antepassados, as nossas origens, trazendo este aprofundamento crítico no contexto escolar no sentido de uma aproximação com a cultura indígena fortalecendo ainda mais o ensino de História nas escolas sob esta perspectiva.

Percebemos que trabalhar a temática indígena, nos possibilita desconstruir a visão negativa que a sociedade tem em relação à cultura indígena. Portanto, esta pesquisa histórica contribuiu para perceber como o material didático representa os povos indígenas, pois traz ferramenta importante na exposição da vida social dos povos indígenas, sendo estes importantes agentes transformadores da sua própria existência.

Desta forma, o trabalho voltado para a temática indígena facilita o estudo sobre a história brasileira, levando em consideração os debates em torno do ensino educacional, ressaltando cada detalhe do estudo indígena presente no campo da educação.

Por isso, o trabalho apresentado mostra a aproximação da cultura dos povos indígenas com o ensino de História no livro didático, trazendo os valores e a

identidade indígena na formação histórica do Brasil, encontrando os desafios que encontramos no ensino de História, quando trazemos os povos indígenas no campo didático. Apresentar a lei 11.645 de 2008 na inclusão dos povos indígenas na educação reflete o espaço de conquista dos povos indígenas na sociedade brasileira, evidenciando a educação como importante fator no desenvolvimento do pensamento crítico, valorizando, assim, o ensino de História nas escolas.

REFERÊNCIAS

SILVA, Edson Hely. Os índios na História e o ensino de História: avanços e desafios. *In. Revista História, histórias*. 2016.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro**. 1 edição. São Paulo: Paulinas, 2012.

BITTERCOURT, Circe Maria Fernandes. **História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

LAMAS, Gaudereto Fernando; VICENTE, Braga Gabriel, MAYRINK, Natasha. Os indígenas no livro didático: uma abordagem crítica. *In. Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*. Recife, 2016.

NOGUEIRA, Fausto Gomes Henrique; CAPELLARI, Marcos Alexandre. **Ser Protagonista**. 1 edição. São Paulo: Edições SM, 2010.